

Estudos culturais e contemporaneidade

Eneida Leal Cunha*

A

Abstract

Approach to the Cultural Studies taking into account the considerations of Hayden White, Jacques Derrida and Michel Foucault in relation to the statute and the mode of functioning of disciplines. It is intended to reason about a type of cultural criticism that, since it is exterior to the field of literature, can act as a form of strangeness of the disciplinary function. The political dimension of the new practices of discourse, which question the distance between erudite tradition and popular or mass culture, the object of art and the reader, the work of art and daily life, among other hierarchies, is brought into light.

Key words: Cultural studies, post-disciplinary, subaltern, politics.

* Professora Titular de Literatura Brasileira na Universidade Federal da Bahia.

O convite para participar do Seminário da Pós-Graduação em Letras na Universidade Federal de Juiz de Fora, em novembro de 2000, foi explícito no seu desejo e completo nos seus termos, ao indicar como tema para a minha intervenção os "Estudos Culturais". Atribuo a conexão entre meu nome e essa vertente crítica contemporânea ao VI Congresso da Associação Brasileira de Literatura Comparada, em Florianópolis, dois anos antes, e ao breve artigo dele resultante, que desenvolve a pergunta tema do evento ("Literatura Comparada = Estudos Culturais?"). O título do artigo, mais do que uma resposta, anuncia um possível diagnóstico: "Literatura Comparada e Estudos Culturais: ímpetus pós-disciplinares". Muito dele retornará mais alargado e com outras modulações neste texto, pensado e escrito como uma das aulas que ocorrem na disciplina que, na pós-graduação de minha universidade, tem o nome de "Introdução aos Estudos Culturais". Este é um texto, portanto, dedicado com afeto e talvez excessivo tom didático aos pós-graduandos em Letras de Juiz de Fora. A sua estruturação em tópicos, deliberadamente isolados e descontínuos, mas não estanques, visa a reencenar reflexões que se cruzam, se interseccionam, tendo como fio de articulação os "Cultural Studies" – referidos assim todas as vezes em que for relevante a sua matriz anglófona –, ou os Estudos Culturais, versão nossa, que me agrada pouco. Preferiria que nos empenhássemos em pensar ou em desenvolver os nossos estudos como uma "crítica da cultura", mesmo quando o objeto de análise pertencesse, sem sombra de dúvidas, ao domínio do literário.

*

Em *Trópicos do discurso: ensaio sobre crítica de cultura*, Hayden White publica "O texto histórico como artefato literário" (a propósito, uma sua apresentação num Colóquio de Literatura Comparada em Yale, 1974), ensaio que circula no Brasil desde meados dos anos 80. Trata-se de um texto muito citado em nossa área antes mesmo de ser traduzido, em especial pelos trabalhos que exploram as relações entre história e ficção. Dele quero apenas retomar a ponderação inicial: "para escrever a história de uma disciplina erudita (ou mesmo de uma ciência) deve-se estar preparado para formular sobre ela uma pergunta que não deve ser formulada no exercício dela". Para White, isto é um gesto da meta-história e a pergunta debate-se com a relutância do próprio campo em considerar as narrativas históricas ou historiográficas como aquilo que, segundo o crítico, "elas manifestadamente são: 'ficções verbais' [...] cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes da literatura do que com seus correspondentes nas ciências".¹

A questão posta por White interessa aqui em aspectos bem circunscritos. Em primeiro lugar, porque a possibilidade e o desenvolvimento dessa interpelação do discurso histórico se fundam em um outro território disciplinar, vem da teorização do literário; segundo e principal, porque, numa perspectiva nietzscheana, estou compreendendo aqui a "história de uma disciplina" como uma sua avaliação atual e a favor do presente, da "vida presente", diríamos nós de Letras.

1 WHITE, H. *Trópicos do discurso: ensaio sobre crítica de cultura*. São Paulo: EDUSP, 1994, p.98.

A “operação literária, vale dizer, criadora de ficção”, que a historiografia realiza, em que pese a diferenciação de vontades, formas e graus de explicitação possíveis, tem, segundo White, a motivação estável e reconhecível de tornar familiar o que é estranho; dupla familiaridade, aliás, constituída simultaneamente entre discursos, documentos ou evidências dispersos, que o historiador reúne, e entre o destinatário do discurso histórico e “os acontecimentos que foram esquecidos por acidente, desatenção, recalque”².

A interpelação da disciplina, por sua vez, faz um movimento ou segue um impulso inverso, provoca o estranhamento do que lhe é familiar, avaliando de outro lugar a narrativa historiográfica e aproximando-a do seu suposto Outro, da ficção, embora isso signifique, ao mesmo tempo, questioná-la enquanto estratégia de familiarização. Não é um jogo de palavras. É uma síntese dura da tese de White e talvez seja um ponto de intersecção entre o trabalho de White e o nosso tema, os Estudos Culturais, tal como me interessa abordá-los aqui.

*

Recupero outro e bem diverso exemplar de interpelação a um campo do saber, este mais recente. Em julho do ano 2000, em Paris, psicanalistas de todo o mundo – à revelia de suas vinculações institucionais sempre tão fortes e, no duplo sentido, disciplinadas – autoconvocaram-se para os “Estados Gerais da Psicanálise” (a referência revolucionária e francesa da iniciativa é clara). Jacques Derrida, convidado para uma das conferências principais, é o autor da segunda reflexão sobre o panorama disciplinar atual, trazida aqui para compor este painel do que está em jogo, quando avaliamos os efeitos dos Estudos Culturais. O seu agradecimento e a saudação aos participantes – a rigor um desafio aos Estados Gerais – foram introduzidos em meio à fala, *in media res*, com um comentário sobre aquela cena ao mesmo tempo “insólita e familiar, mas *unheimlich*, *uncanny*, para além da *mise en scène*. Familiarmente insólita, intimamente estranha”³, diz. Mais do que a avaliação da cena dos Estados Gerais, importa a interpelação aos psicanalistas e à psicanálise, por uma voz exterior (na medida em que é possível essa voz contemporânea de Derrida ser considerada exterior à psicanálise), mas interpelação que se faz, simultaneamente, a partir de dentro das formulações psicanalíticas, ou mais especificamente freudianas. Derrida detém-se na crueldade disseminada no mundo político, social, cultural e psíquico contemporâneo. A questão posta à psicanálise pode ser sumariada aqui a partir de dois ângulos. Primeiro, para Derrida, é preciso saber se

[...] existe para o pensamento, para o pensamento psicanalítico a se fazer, um outro para além [...], um para além que se põe além dos

2 Idem, p. 104.

3 DERRIDA, Jacques. “Etats d’âme de la psychanalyse: l’impossible au-delà de ‘une souveraine cruauté’”, p. 19. Conferência proferida nos Estados Gerais da Psicanálise. Paris, julho de 2000. A Gallimard acaba de publicá-la, em livro. Para este trabalho dispomos do texto distribuído durante o evento.

*possíveis, que são ainda os princípios de prazer e de realidade e as pulsões de morte ou de soberania que parecem se exercer por todos os lugares onde a crueldade se anuncia [...]. Logo o para além da crueldade que não tem nada a ver nem com as pulsões e nem com os princípios [?]. Nem com todo o resto do discurso freudiano que a partir disso se ordena, com sua economia, sua tópica, sua metapsicologia, e sobretudo com o que Freud, nós o escutamos, chamou também de sua 'mitologia das pulsões'?*⁴

Se a crueldade desafia ou “resiste” à psicanálise, mais relevante ainda é o segundo ângulo do problema, a constatação de que a psicanálise, por sua vez, resiste, reluta, defende-se ante a crueldade, embora, segundo Derrida, seja a psicanálise o lugar próprio, possível, para pensá-la. (“O único discurso que pode, hoje, reivindicar a coisa da crueldade psíquica como sua tarefa, seria este que se chama, há um século mais ou menos, psicanálise.”⁵)

A cena dos Estados Gerais e a análise dos “Estados de alma da psicanálise” – este é o título da conferência – importam aqui como uma figuração outra, distinta da anterior e bem mais radical, da interpelação a um campo do conhecimento. Mais radical pelo jogo que faz em torno da palavra resistência, explorando a ambigüidade entre o seu uso político, como enfrentamento, revolta (a rebelião dos psicanalistas contra a própria institucionalização, que os reuniu em Paris), e o conceito de resistência, como função defensiva, nuclear na teoria e na prática da psicanálise.

A conferência de Derrida tem relevo, neste conjunto de vozes, por nos expor como a contemporaneidade (o mundo e a “mundialização”, como repete) impõe demandas (palavra oportuna, aqui), questões que abalam o saber instituído e agitam, às vezes convulsionam, os campos disciplinares.

*

Em *A ordem do discurso* – aula inaugural no Collège de France em 02 de dezembro de 1970, há quase exatamente 30 anos –, Michel Foucault apresenta, com uma sistematicidade hoje incômoda, os procedimentos de exclusão, controle, rarefação e redistribuição que “têm por função esconjurar os poderes e os perigos [do discurso], dominar o seu acontecimento aleatório, esquivar a sua pesada e temível materialidade”.⁶ É nesse acontecimento discursivo relativamente distante que vou buscar, pela precisão e rapidez, aspectos da disciplinaridade que interessam aqui. As disciplinas integram, segundo Foucault, os princípios de classificação, ordenamento e distribuição que dominam os discursos. Definem-se por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um *corpus* de proposições consideradas verdadeiras e um jogo de regras, conceituações, técnicas e instrumentos. Dentro desses limites, é próprio das disciplinas a produção incessante de novos enunciados, novas proposições. Mais do que a recapitulação desses limites ou condições de possibilidade, interessam neste momento as impossibilidades dentro de um

4 Idem, p. 4.

5 Idem, p. 3.

6 FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Lisboa, Relógio D'Água, 1997. p. 7-8.

campo disciplinar, para dimensionarmos a interpelação e a relutância do discurso histórico que nos trouxe White, a resistência da psicanálise, provocada por Derrida, e o que ocorre atualmente em nosso campo dos estudos literários.

Para que uma proposição pertença a uma disciplina ela deve, entre outros requisitos, estar em coerência e ter consistência em relação a um plano de conceitos e técnicas ou instrumentos definidos dentro dela própria, deve estar inscrita num certo horizonte teórico. Principalmente, importa recuperar, entre as postulações de Foucault, a referência ao **exterior** de uma disciplina, o outro lado de sua margem, para onde são lançados não os erros (os erros são disciplinados), mas "toda uma teratologia do saber" ("monstros cujas formas mudam com a história do saber"), ou seja, o que é e permanece informe ou cujas formas são discrepantes, escapam ao instrumental de previsão, delimitação e descrição da disciplina, escapam à formulação disciplinar, como a experiência imediata.⁷

*

O que tem a ver tudo isso com os Estudos Culturais, que não chegam sequer a constituir uma disciplina?

O fato de não constituírem uma disciplina é um acordo raro, tanto entre aqueles que procuraram dar alguma visibilidade e dimensão aos estudos recentes de produções culturais, enquanto convergência de vontades e práticas, como Grossberg, Nelson, e Treichler, que organizam o volume e assinam a introdução de *Cultural Studies*⁸, uma coletânea tornada referência bibliográfica fundadora do campo, aqui no Brasil; quanto para os que se propuseram já a historiá-los, como Simon During⁹; quanto para quem já os avaliou e os defrontou com perguntas agudas, embora com alguma expectativa positiva e muitas indicações benéficas – uma agenda para os estudos culturais, por exemplo –, como Fredric Jameson¹⁰; quanto ainda os que têm se ocupado em recusar e desqualificar essa vertente das Ciências Humanas e Sociais (nas quais estão os estudos da literatura), que vem se expandindo nas duas últimas décadas, a partir das academias do mundo anglófono.

O campo difuso e sem fronteiras dos Estudos Culturais vem sendo reiteradamente descrito pela negativa, ou pela falta – de um domínio particular de objetos, de práticas metodológicas demarcadas e homogêneas, de léxico e tradições próprias; freqüentemente vem sendo também referido e apreciado com palavras inesperadas, às vezes por demais imprecisas ou impropriamente restritivas, como "estudo da cultura contemporânea"¹¹ – seria mais próprio dizer-se, penso, o estudo contemporâneo das culturas; outras vezes com palavras

7 Idem, 26-27.

8 Cf. GROSSBERG, L., NELSON, C., TREICHLER, P. (Ed. and Introd.). An introduction. In *Cultural Studies*. London/New York, Routledge, 1992. p. 1-22.

9 A exemplo de DURING, Simon. Introduction. In *The Cultural Studies Reader*. Second edition. London/New York: Routledge, 1999.

10 JAMESON, Fredric. Sobre os estudos da cultura. In *Novos Estudos CEBRAP*, n.39, p.11-48, julho 1994.

11 DURING, op.cit, p. 1.

engajadas, que desenham “um momento utópico”, lugar onde as políticas da diferença racial, sexual, cultural, transnacional, podem ser articuladas¹²; ou ainda, com argumentação mais consistente, como afirma Jameson:

A melhor maneira de encarar o desejo chamado Estudos da Cultura talvez seja abordá-lo política e socialmente, enquanto projeto para constituir um 'bloco histórico', e não teoricamente, enquanto planta arquitetônica para uma nova disciplina. A política em tal projeto é, com certeza, política 'acadêmica', a política dentro da universidade e, além dela, na vida intelectual de forma geral, ou no espaço dos intelectuais enquanto tais [e ainda] a política cultural dos vários 'novos movimentos sociais': ainti-racismo, anti-sexismo, anti-homofobia e assim por diante.¹³

A aspiração política desses investimentos críticos é um dos aspectos que destaco nesta exposição do que a mim, particularmente, interessa nos Estudos Culturais, e vou retomá-la adiante. Antes – é mais que tempo – quero dizer que esses tópicos que venho tão sumariamente ou sintomaticamente apresentando são, ao mesmo tempo, instigados por uma hipótese – ou formadores de uma hipótese – ainda por enunciar ou ainda por explicitar.

Entretanto, é preciso antes deslocar, mais uma vez, a pergunta que persiste desde o temário do VI Congresso da ABRALIC, em 1998: Não, os Estudos Culturais não são iguais à Literatura Comparada; e acrescentar que também não os penso como alternativa ou substituição simples à crítica ou à historiografia literárias, ou, muito menos, à reflexão teórica, nos cursos de Letras. Mas os Estudos Culturais – ou o conjunto de textos, estudos, debates, *insights* reunidos sob esse rótulo – podem ter um interesse considerável para a atualidade da nossa área.

A hipótese que trago requer essa diferenciação, como preliminar. Justamente porque são outra coisa, outro campo, porque podem ser apreciados, de certa forma, como um exterior do nosso território (como podem ser considerados também um exterior, em relação a outros territórios disciplinares, como a sociologia, a antropologia, a história e os estudos de comunicação), os Estudos Culturais nos afetam. Projetados no exterior e incrementada a sua condição de alteridade, os Estudos Culturais são capazes de produzir e avaliar que vêm produzindo perguntas, questionamentos, desafios e estímulos às Letras – aos nossos objetos, às nossas práticas, aos nossos sistemas de classificação e aos valores que os formam –, que não deveriam ser considerados, em nenhum grau, desprezíveis.

Volto ao que denominei sua impregnação política. Fredric Jameson avaliou os “Cultural Studies” como “a nova política de intelectuais”, o *status* atual dos acadêmicos, enquanto intelectuais, em relação às demandas dos grupos minoritários.¹⁴ Este pode ser um viés que nos soe excessivamente aderido à vivência norte-americana, da qual os Estudos Culturais, tal como

12 GROSSBERG, L., NELSON, C., TREICHLER, p. 1.

13 JAMESON, op.cit., p.11-12.

14 Cf. JAMESON, op. cit.

nos chegam desde o início da década de 90, são sem dúvida tributários. Por isso mesmo, porque produzidos em um contexto político-acadêmico e cultural diverso do nosso, mais permeável ao exterior do campo erudito e letrado, ao que vem “de baixo” ou de um eixo pouco nobre da “Great Division” evocada por Andréas Huyssen¹⁵, não deveriam ser apreciados como intervenção indesejável em nossas práticas analíticas e interpretativas, principalmente em nossas eleições de objeto ou no elenco de possibilidades de aproximação de objetos, linguagens ou forças que se fazem no campo da Literatura Comparada, atualmente.

A dimensão política dos *Cultural Studies* – ou, tomando por um outro ângulo, a focalização, em *close*, das interrelações entre discurso e poder – podem ter um efeito desestabilizador sobre a pretensa postura de neutralidade sedimentada nos estudos das Letras, fundada nas estratégias de determinação e sobredeterminação da distância, como marcador chave de muitas hierarquias – a distância entre a tradição erudita e a cultura popular ou de massa, entre o objeto de arte e o leitor, entre a obra e a vida cotidiana, entre a linguagem e o corpo, entre o valor estético, a premência política e as injunções da mercadoria¹⁶.

Apesar da conhecida origem dos *Cultural Studies* no Centro de Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade de Birmingham, Inglaterra, na década de 60, vem da efervescente reflexão produzida nas universidades americanas, mais recentemente, a força provocativa de análises como as de Homi Bhabha, por exemplo, quando afirma, que é preciso se produzir uma teoria que seja também uma política¹⁷, frente a objetos como o estereótipo, a diáspora, o subalterno, o híbrido ou as produções indecidíveis da cultura contemporânea. Igualmente precisamos de uma teoria que seja uma política, para retirar da familiaridade e vislumbrar, com áspera estranheza, objetos como as nossas canônicas narrativas da nacionalidade ou, no limite, o acervo da nossa memória cultural. Tem o mesmo endereço de origem um livro com título um tanto exótico, para nós – o *Orientalismo* –, que transformou Edward Said em referência hoje quase obrigatória, quando se tem interesse em examinar como foram elaborados, pelas narrativas de ficção, os domínios dos impérios coloniais e, mais grave, a territorialidade e a subjetividade dominadas¹⁸; ou ainda os inúmeros autores vinculados aos *Subaltern Studies* e à teoria pós-colonial, cujo nome próprio mais difundido, entre nós, é o de Gayatri Spivak, autora da sugestiva pergunta – “pode o subalterno falar?” – cuja resposta é explorada por ela na sua máxima complexidade¹⁹. Tais lembranças aqui são (e não são) exemplos aleatórios. Como estado-da-arte de um campo, essas indicações dizem muito pouco. Entretanto, a deliberada estranheza dos nomes

15 Cf. HUYSEN, Andreas. Introdução. *Memórias do modernismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. p. 7-21.

16 Cf. FISKE, John. *Cultural Studies and the culture of every day life*. In GROSSBERG, NELSON e TREICHLER, op. cit., p.154-165.

17 Cf. BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1999.

18 SAID, E. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

19 SPIVAK, G. Can the subaltern speak? In GROSSBERG, L. e NELSON, C. (Ed.) *Marxism and interpretation of culture*. London: Macmillan Education, 1988. p.371-316.

escolhidos, indicador da origem não central desses autores, serve como advertência para que se pense com mais vagar a produção atual da academia norte-americana, antes de qualificá-la como mais uma imposição do conhecimento imperial às periferias. Finalmente, esses nomes valem como um lembrete, como resgate de um detalhe muitas vezes omitido: todos eles estão vinculados a algum departamento de Letras, nos Estados Unidos, o que assegura a relatividade necessária à minha hipótese, acerca da exterioridade dos *Cultural Studies*.

*

O exame das práticas culturais do ponto de vista de sua articulação com as relações de poder, o esforço para teorizar e apreender as mútuas determinações entre formas culturais e forças históricas, a prioridade da intervenção cultural sobre a crônica das mudanças culturais são vontades dos Estudos Culturais que começaram a ter ou vêm tendo repercussão na abordagem da literatura – a visualização desse efeito é um saldo que me deixou a montagem da programação do *Terras & Gentes*, o congresso da ABRALIC realizado em 2000. O trabalho de organização do evento, que me fez ler os resumos dos cerca de 900 trabalhos propostos, pôs em evidência um outro aspecto – talvez aqui seja melhor dizer um outro argumento para auscultarmos os Estudos Culturais –, mais restrito à questão disciplinar, à transgressão dos controles ou a perda dos apoios disciplinares que constituem o seu sistema de proteção e de legitimação.

Não só para esse campo recente dos Estudos Culturais, a atual vulnerabilidade das regras, eleições e fronteiras disciplinares são um fato a ser enfrentado. A instabilidade de hoje, 30 anos depois da descrição de Foucault, e em consonância com todas as alterações e inovações havidas – é evidente que não só no campo das tecnologias da informação –, propõe a todos os saberes o desafio de se produzirem para além do estável, do previsto, do que é dado por antecipação como diretriz formativa e legitimadora dos discursos, tanto dos discursos objeto, quanto das práticas analíticas. Lidamos hoje com um saber sem garantias, além daquelas que este saber for capaz de, reflexivamente, acionar – um “saber sem álibi”, como repetiu, incessantemente, Jacques Derrida, ao avaliar os estados da alma da psicanálise.

Foi esta condição contemporânea que focalizei para responder à pergunta do Congresso da ABRALIC de 98; retomando a afirmação de Jameson sobre a condição pós-disciplinar dos Estudos Culturais, decorrente, segundo ele, da insatisfação geral com a disciplinaridade moderna e instituída, tentei dar uma radicalidade ou amplitude maior à partícula “pós”, inspirada nas “anotações” de Jean-François Lyotard²⁰, para em seguida projetar o diagnóstico sobre os estudos atuais da literatura.

Aqui, entretanto, é outra a direção das minhas ponderações. A partir da sugestão de Hayden White, importa saber **que perguntas** os Estudos

Culturais podem nos fazer, ou que desafios, que estímulos trazem aos estudos das literaturas. Além dos que foram enunciados, provocativamente, ao longo desse texto, imagino que o mais grave esteja na órbita das responsabilidades, ou, de modo mais direto, da responsabilidade política, da necessária articulação entre academia e vida social, da incontornável reflexão sobre a literatura e a exclusão cultural, por exemplo.

Por outro lado, a interpelação que Derrida faz à psicanálise pode nos levar a considerar que o cerne da resistência que muitas vezes flagramos em relação aos Estudos Culturais pode ficar mais contornável se a compreendermos (compreendermos a resistência) no seu amplo sentido: como movimento de recusa a alguma coisa que ameaça, algo que vem de fora e desestabiliza o que foi sedimentado. Para Freud, a resistência é a preservação de uma forma de equacionar um problema, ou seja, uma preservação do sintoma e do gozo. Poderia dizer então que os Estudos Culturais podem significar um estímulo para que sejam revistas algumas equações confortáveis que se firmaram no campo dos estudos literários – a equação entre o estético e o político, ou entre o estético, o ético e o político, a equação entre a erudição e a cultura popular, ou entre a alta cultura, a cultura popular e a cultura de massa... e assim por diante.

Para isso é provável que tenham relevo os Estudos Culturais, mesmo que anglófonos, mesmo que afirmados e disseminados no centro econômico e político da cultura globalizada, mas um centro, é preciso reconhecer, penetrado, habitado e culturalmente abalado por margens que lhe são internas, ou que nele se internalizaram mais recentemente. Ao contrário portanto da veemência restritiva de Mabel Morana, quando avalia o que denomina como o “boom do subalterno”, produzido inicialmente nas universidades norte-americanas por intelectuais “deslocados” da periferia, e adverte:

*Hibridismo e subalternidade são, neste momento, mais do que conceitos produtivos para uma compreensão mais profunda e descolonizada da América Latina, noções-chaves para a compreensão das relações Norte/ Sul e para a refundação do privilégio epistemológico que certos lugares de enunciação continuam mantendo no contexto da globalidade.*²¹

É assim mesmo, com essas palavras contra, das quais discordo, que desejo fechar o meu texto, para instigar e abrir o debate.

21 MORANA, Mabel. El boom del subalterno.